

METODOLOGIAS QUALITATIVAS

ANÁLISE DO DISCURSO

JOSÉ AZEVEDO¹³⁹

“Discurso” e “Análise do discurso” tornaram-se nos últimos anos designações centrais a um vasto conjunto de abordagens nas ciências sociais.

O desenvolvimento de análises discursivas não é contudo um fenómeno isolado, podendo, antes, ser visto como parte de um movimento interdisciplinar registado na investigação em sociologia, antropologia e outras ciências sociais para os fenómenos comunicacionais e linguísticos. Por esta razão é difícil falar em “discurso” ou “análise do discurso” como uma entidade simples ou como uma abordagem uniforme de procedimentos de investigação. A designação análise do discurso será, assim, melhor compreendida como um “guarda-chuva” que cobre uma larga amplitude de abordagens com diferentes origens teóricas e conseqüentemente diferentes enfoques metodológicos. Os textos que a seguir se apresentam são reflexo desta diversidade e representam duas das principais tradições que atravessam esta área. O primeiro texto (T1)¹⁴⁰ ilustra a relação entre retórica e discurso, partindo de uma tradição filosófica mais “continental” cujas preocupações se centram essencialmente nas qualidades performativas do discurso, o autor procura demonstrar como as práticas discursivas são afinal práticas sociais produzidas através de relações de poder concretas. Por outro lado, o segundo texto (T2) parte de uma tradição mais anglo-saxónica e situa-se no campo concreto da psicologia social, procurando evidenciar a forma como a análise do discurso estrutura um novo paradigma, com importantes diferenças ao nível epistemológico e metodológico da clássica análise de conteúdo.

O tronco comum às diferentes abordagens da análise do discurso é a sua partilha da ideia de linguagem/discurso como um meio não transparente e não neutral para descrever e analisar o mundo social: “...cualquier mensaje es ambiguo, y todos requieren el esfuerzo interpretativo del/a investigador/a” (T2: 138) “Em termos argumentativos, a

¹³⁹ Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Sociologia).

¹⁴⁰ (T1) refere-se a Martins, Moisés, “A análise retórico-argumentativa do discurso”.

(T2) refere-se a Iñiguez, Lupicínio, “Análisis del discurso”.

linguagem não é *objectiva*, não espelha o mundo, não aponta para um referente (sujeito ou objecto). A linguagem é *intencional* e é *interpretativa*" (T1: 120).

A ideia central em toda a "investigação discursiva" é assim a de salientar as formas em que a linguagem constrói, regula e controla o conhecimento, as relações sociais e as instituições, e de examinar as formas pelas quais as pessoas utilizam activamente a linguagem na construção do significado da vida quotidiana. Daqui resultam três tópicos: variabilidade, função e construção, que reúnem algum consenso quanto a serem considerados aspectos chave a levar em linha de conta, quando da realização prática de uma análise do discurso.

Começaremos por rever brevemente os pontos de consenso para depois analisar os eixos de diferenciação entre as várias perspectivas.

Eixos de consenso na investigação discursiva

Variabilidade

Tradicionalmente as metodologias das ciências sociais procuram a regularidade baseada numa repetição consistente de observações ou afirmações. O pressuposto é de que um discurso é uma forma relativamente pouco ambígua de representar acções ou crenças e como tal pode ser alvo de procedimentos estandardizados. Na análise do discurso, pelo contrário, a procura de regularidade é baseada na inconsistência e na variação dos registos. Como consideram não existir forma de lidar com a variação e distinguir as descrições exactas daquelas que são retóricas ou falsas, valorizam a variabilidade. Os analistas do discurso não tentam pois recuperar os acontecimentos, as crenças e os processos cognitivos nos discursos, ou tratar a linguagem como um indicador de outras situações. Procuram sim concentrar-se nos usos e efeitos da utilização de uma dada linguagem.¹⁴¹ O sentido desta estratégia não é o de "apanhar" em falso os sujeitos mas, sim, de nos conduzir a "construções discursivas" compostas por diversos fragmentos de significados que são produzidos conjuntamente num texto particular.

A análise da variabilidade pode assim ter quatro implicações:

- celebrar a diversidade de significados existentes numa dada comunidade

¹⁴¹ Para um exemplo de uma das poucas investigações realizadas em Portugal com esta metodologia ver : C. Nogueira (1996) Um novo olhar sobre as relações sociais de género: Perspectiva feminista crítica na Psicologia Social. Tese de Doutoramento. Braga.

- evidenciar como as contradições expressas pelos participantes são boas “janelas” para compreendermos quais as ideias que estão a ser privilegiadas e quais os custos envolvidos.
- evidenciar uma visão de homem e de conhecimento atravessada por contradições por oposição à visão do homem puramente racional que está implícita nas abordagens que procuram fundamentalmente o “consistente/regular”.
- evidenciar como a linguagem é usada para uma variedade de funções e o seu uso tem uma variedade de conseqüências.

Construção

A segunda característica da investigação discursiva que reúne algum consenso é a dimensão construtiva da linguagem. De acordo com Parker (1995) a “construção” refere-se à forma pela qual cada actividade simbólica faz uso de recursos culturais para se tornar compreensível para os outros.

Todas as abordagens discursivas representam assim modos qualitativos e interpretativos de análise que se concentram na forma como a linguagem é utilizada como um meio de construção de sentido na nossa interacção diária e na construção de textos sociais. Por outras palavras, a linguagem é vista como um local activo para a negociação contínua de vários significados e não como uma janela para um estado mental individual ou processo cognitivo. O foco de atenção muda-se então das estruturas psíquicas internas para processos interaccionais, relacionais e culturais entre as pessoas. “Para el AD, el lenguaje no existe “en la cabeza”, existe en el mundo: el lenguaje es más una forma de construcción que de descripción de nosotros mismos.” (T2: 144) Uma importante referência aqui é a “etnometodologia” (Garfinkel, 1967) que vê os significados como sendo sempre definidos pelo contexto.

Função

A terceira característica consensual é a “função”. Em lugar de tentar chegar ao significado por detrás das palavras, as abordagens discursivas concentram-se nas utilizações e efeitos da utilização da linguagem. Mesmo quando parecemos estar somente a descrever algo, os nossos comentários tem sempre outros efeitos, sejam eles de reforço ou de subversão, de ironia ou de apoio do que foi descrito. “El AD reconoce el mundo en el cual el/a hablante vive, un mundo donde el habla tiene efectos: donde no

es indiferente referirse a alguien como un/a “soldado”, “guerrillero/a”, “terrorista” o “luchador/a por la libertad”. (T2: 144). As referências fundamentais aqui são a teoria dos “actos de fala” (Austin, 1962; Searle, 1969) e a pragmática, “uma disciplina que analisa o uso dos enunciados, tendo em conta o contexto.(..). Das várias direcções ligadas à pragmática, salientamos a pragmática linguística “integrada” na língua de J.-C. Anscombe e Oswald Ducrot, e a pragmática filosófica do “agir comunicacional” de Jurgen Habermas, da semiótica transcendental de Karl-Otto Apel e do primado transcendental da relação interlocutiva de Francis Jacques.” (T1: 119)

Eixos de diferença na investigação discursiva

Conforme referimos anteriormente a análise do discurso não é uma abordagem uniforme havendo vários pontos de diferenciação entre as diversas correntes. Uma vez que estas diferenças comportam consequências importantes quer ao nível teórico quer ao nível prático, vamos de seguida apresentar os eixos principais em torno dos quais se diferenciam as várias abordagens.

Eixo relativismo-realismo

Existe uma poderosa tendência nas análises discursivas no sentido de uma posição relativista¹⁴². Isso verifica-se particularmente através de um forte ataque às posições positivistas, relativizando as suas afirmações sobre a realidade social. Contudo, esta posição faz com que também outras posições críticas sejam relativizadas tornando difícil encontrar critérios de diferenciação valorativa entre as várias posições. Por outras palavras, como é possível tomar uma posição crítica se tudo é relativo. Temos assim que se por um lado os aspectos desconstrutivos são uma fonte imprescindível para os analistas do discurso, existem também variantes destas abordagens que reduzem a leitura de um texto a um simples jogo de palavras em que nenhuma posição crítica pode ser tomada.

¹⁴² Um ponto que não queremos deixar de realçar aqui é o facto de os autores nesta área serem frequentemente relutantes a apresentar as suas análises como uma verdade final ou como a única possível leitura dos seus dados. A ideia de “reflexividade” (ver Steier, 1991) que está inserida nesta abordagem significa, entre outras coisas, que os investigadores estão mais inclinados a ver o seu próprio trabalho como parte do permanente processo social e cultural de construção de significados.

De acordo com Parker (1992), o realismo crítico pode proporcionar uma resposta a este problema, já que expõe as pretensões positivistas na sua procura do que imagina ser uma ciência, e enquadra as abordagens discursivas nas práticas sociais, cuja lógica pode em princípio ser descoberta (Bhaskar, 1989; Parker, 1992).

Se esta perspectiva previne um certo idealismo discursivo, isto é, evita a posição de que não há nada senão o discurso, o que nos parece positivo, não nos deixa por outro lado, numa posição confortável, já que facilmente se pode criticar esta posição por no fundo continuar a perseguir “certezas” e “universais” e a não ser muito diferente das posições positivistas mais recentes.

Esta posição complica-se ainda mais se lhe juntarmos a questão do conhecimento do senso comum *versus* conhecimento teórico/científico. Na realidade, muitas das correntes relativistas vieram revalorizar, correctamente em nossa opinião, a compreensão que os indivíduos têm sobre as suas próprias vidas e colocar este conhecimento num plano mais equilibrado com o conhecimento científico. O senão desta perspectiva é que o senso comum só muito dificilmente nos permite um distanciamento crítico. E conforme a história das ciências repetidamente vem confirmando, o avanço científico faz-se muitas por oposição ao evidente e consensual.

Por outras palavras, necessitamos ou não de estruturas (teoria) que nos separem da linguagem de maneira que possamos analisar a forma como esta nos leva a ver o mundo de “determinada forma” e nos impede certas perspectivas. O que está aqui em causa é um espaço para desenvolver uma perspectiva crítica sobre as funções do próprio discurso. E este distanciamento crítico só muito dificilmente nos é dado pelo senso comum.

Temos assim, várias posições ao longo deste eixo que vão desde o “relativista” mais radical que coloca todo o peso da significação nos jogos da linguagem, e equipara o conhecimento do senso comum ao conhecimento científico até ao “realista” quase neopositivista com uma valorização implícita ou não do conhecimento científico.

Eixo interno-externo

As várias posições ao longo deste eixo dividem-se entre aqueles que por um lado têm uma perspectiva mais individualista, quer por focalização no discurso dos indivíduos quer por considerarem que as próprias estruturas linguísticas vão ser as decisivas para a determinação do sentido, e aqueles que insistem simplesmente que tudo está na

linguagem, e que as nossas competências cognitivas, e intencionalidade podem ser dissolvidas num discurso que nos é exterior e que nos atravessa.

Por outras palavras, a questão aqui encontra-se ligada aos processos que fundam a legitimidade e a validade das acções comunicativas, o que quer dizer uma definição de uma teoria da significação.

No texto 1 Moisés Martins debate, assim, a oposição entre por um lado, uma “argumentação “na língua” que considera ser o carácter argumentativo de um enunciado dependente da sua forma linguística (pelo facto de encadear enunciados com coerência). Sendo neste sentido “idealista, já que não tem em conta as condições concretas, históricas, de existência dos homens e dos grupos humanos”. (T1: 123). E por outro lado, uma “argumentação” cuja legitimidade resulta de critérios extra-linguísticos “A competência linguística não entra na estruturação da significação em situação de privilégio relativamente à “consciência pragmática” (expressão de Joly, equivalente das expressões de “consciência prática” em Giddens e de “sentido prático” em Bourdieu).” Contra a pragmática argumentativa é assim colocada uma pragmática sociológica onde a magia (a força) da palavra é social. A autoridade vem de fora à linguagem (Bourdieu, 1992: 123).

No texto 2 aparece, por sua vez, uma outra oposição ao longo deste mesmo eixo. Por um lado é identificada uma corrente de análise do discurso associada com J. Potter cuja principal noção é a de “repertório interpretativo”. Estes repertórios são identificados pelo exame da utilização de certas metáforas recorrentes, figuras de discurso e construções gramaticais ao longo do discurso de vários indivíduos. Os investigadores que utilizam este estilo de análise estão interessados na forma como as pessoas utilizam esses vários repertórios em relação a uma certa função, e como eles se movimentam para dentro e para fora destes repertórios enquanto constroem os seus relatos. Este tipo de análise pode, de alguma forma, ser considerado como mais “interno” já que se centra sobre os indivíduos ignorando as dimensões políticas mais amplas desses discursos. No outro pólo deste eixo aparece a posição de I. Parker entre outros. De acordo com Parker (1992) os discursos são transindividuais. Eles não estão localizados dentro (não são internos) de indivíduos particulares, mas existem, sim, na comunidade. Esta visão de Parker aproxima-se da posição de Foucault (1972) que descreve os discursos como “práticas que sistematicamente formam os objectos sobre os quais falam”.

Eixo quantitativo-qualitativo

As diferenças entre as abordagens discursivas no que se refere à definição do que é uma abordagem qualitativa são enormes. A variação é fundamentalmente entre os que procuram formas de analisar os textos com recurso a formas mais padronizadas - tipo análise de conteúdo - e os que aderem a um estilo de explicação mais hermenêutico.

A questão aqui é fundamentalmente a da teoria da linguagem que está subjacente. Assim se consideramos que o surgimento de uma dada palavra é uma manifestação directa de um conceito subjacente, temos uma visão da linguagem “representacionista”, por outras palavras, existe uma relação transparente entre a palavra ou frase e os conceitos. Esta abordagem é assim cega a muitos dos aspectos a que somos sensíveis na linguagem quotidiana: contexto, ironia, duplo sentido, agenda oculta, implicação, etc.

Por outro lado se nos centrarmos numa teoria da linguagem cuja significação depende dos seus aspectos pragmáticos, isto é, de contexto, colocamos em causa o isomorfismo linguagem/mundo e vêm ao de cima os aspectos da elocução que são indissociáveis da ideia de que a produção de sentido ocorre no âmbito da experiência interactiva. Em termos práticos, isto implica que não podemos ter nenhuma técnica fixa e prescritiva que se possa seguir como uma receita.

No texto 2 Iñiguez e Antaki (pp. 142-143) introduzem de forma clara algumas técnicas que podem ser utilizadas para efectuarmos uma análise do discurso em consonância com os princípios epistemológicos decorrentes de um paradigma qualitativo de investigação.

Finalmente, não queremos deixar de realçar que as abordagens quantificadoras têm igualmente dificuldade em lidar com a ligação entre o micro e o macro. Uma vez que assentam a sua abordagem no estabelecimento de categorias individuais, interpessoais ou históricas mais ou menos estanques, tornam difícil estabelecer e identificar as formas pelos quais os processos de ideologia e poder encontram o seu caminho entre as pequenas histórias do dia a dia.

Bibliografia

- ANSCOMBRE, J.-C., e DUCROT, O. (1983). *L'argumentation dans la langue*, Bruxelles, Mardaga.
- APEL, Karl-Otto, (1994). *Le logos propre au langage humain*, Cahors, Ed. de l'Eclat.
- BOURDIEU, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard.
- DUCROT, O. (1990). *Polifonia e argumentacion*, Cali, Universidad del Valle.
- FOUCAULT, M. (1972). *The Archeology of Knowledge*. Tavistock. London.
- GARFINKEL, H. (1967). *Studies in Ethnomethodology*. New York. Prentice-Hall

- GIDDENS, A. (1990) "El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura", *La teoría social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 254-289.
- HABERMAS, J., (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*, I, Paris, Fayard.
- JACQUES, F. (1985). *L'espace logique de l'interlocution*, Paris, PUF.
- NOGUEIRA, C. (1996). *Um Novo Olhar Sobre as Relações Sociais de Género: Perspectiva Feminista Crítica na Psicologia Social*. Tese de Doutoramento. Braga.
- PARKER, I. (1988) Deconstructing accounts. In C.Antaki (ed.) *Analysing Ordinary Explanation: A casebook of methods* London: Sage
- PARKER, I. (1992) Discourse Analysis. Critical Analysis for Social and Individual Psychology. London: Routledge.
- STEIER, F. (1991). *Research and Reflexivity*. Sage, London.
- WETHERELL, M. & POTTER, J. (1992) *Mapping the Language of Racism*. London: Harvester.
- WITGENSTEIN, L., 1955 (1945), *Investigações filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.